



## **OS TERRITÓRIOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

**Helena Brum Neto**

### **Resumo**

A análise dos territórios da imigração, abordada, também, a cultura, a identidade e a simbologia, relação presente no contexto histórico da colonização do Rio Grande do Sul, a partir do qual se inseriram grupos sociais singulares, dentre eles os italianos, etnia central neste estudo. Sua cultura estava pautada em sistemas de codificação cultural que, ao se reterritorializarem, recriaram-se e imprimiram características no território, construindo paisagens diversificadas. Buscou-se compreender a formação dos territórios da imigração italiana, entendendo-os mediante uma abordagem híbrida, centrada na relação entre os conceitos de território e paisagem. Tais conceitos revelam a paisagem como o resultado do processo histórico de construção territorial, permitindo identificar as diferenciações, materializadas não somente pelas distinções culturais, mas também pela materialização econômica e política em interação com a natureza. É nesse sentido que foram analisadas as territorialidades que marcaram cada época, considerando-se o caráter histórico da paisagem como componente da organização dos territórios.

**Palavras-chave:** Território. Paisagem. Cultura. Imigração italiana. Rio Grande do Sul.

### **1 Introdução**

Buscou-se, neste texto, compreender os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul, entendendo-os a partir de uma abordagem híbrida, centrada na concepção de paisagem como representação da análise territorial. A paisagem tem movimento, transforma-se sucessivamente e reflete-se em imagens das mudanças. É nesse sentido que foram identificadas e analisadas as territorialidades que marcaram cada época, considerando-se o caráter histórico da paisagem como componente da organização dos territórios em estudo.

Neste sentido, a análise dos territórios da imigração, através de uma abordagem híbrida, propõe a relação entre os conceitos de território e paisagem. Tais conceitos estão presentes nas reflexões e revelam a paisagem como o resultado do processo histórico de construção territorial dos imigrantes italianos e seus descendentes. Os territórios em estudo apresentam diferenciações, materializadas não somente pelas distinções culturais, mas também pela materialização econômica e política em interação com a natureza.



A centralidade do conceito de território na atualidade é fruto do processo de superação e de constante renovação epistemológica da ciência geográfica, permitindo repensar os seus significados, suas abordagens e suas derivações, como territorialização, desterritorialização e reterritorialização (RAFFESTIN, 1993). Embora exista uma diversidade de concepções acerca dessa temática, tornou-se central para esse estudo abordar o território mediante a perspectiva multidimensional, englobando aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2003, 2007). Trata-se de direcionamentos teórico-metodológicos que emergiram com a perspectiva crítica, trazendo novos olhares e leituras para as pesquisas geográficas. Deve-se a essa complexidade a opção de trabalhar com a perspectiva supracitada, pois ela perpassa o *velho* e coloca-se diante do *novo*.

Hoje, pode-se explorar o território mediante suas várias dimensões, considerando a economia, a cultura, a política e a natureza (SAQUET, 2007) de forma ampla, o que não se constitui em uma tarefa fácil, pois se observa que, geralmente, há ênfase para uma dessas dimensões em detrimento das demais. Porém, tal abordagem, em conjunto, proporciona uma “visão” ampla do território, demonstrando suas diversas faces - singularidades e similaridades materializadas com o acúmulo de tempos sobre a base territorial, constituindo identidades simbólico-culturais.

O território é múltiplo e diverso, pois é uma construção histórica da sociedade, sofre metamorfoses constantes de acordo com as inovações viabilizadas pela evolução tecnológica. A (i)materialidade do território está centrada em formas e funções que expressam as diferenças culturais, crenças, valores e preferências, de níveis tecnológicos, de desenvolvimento econômico e político de cada sociedade. Nessa perspectiva, torna-se importante evidenciar as discussões territoriais mediadas pelo poder simbólico da cultura e da identidade. Como as demais dimensões do território podem ser consideradas um “produto” do homem - um ser social que produz economia e política sobre uma base territorial – evidenciam-se, então, alguns aspectos essenciais do território na perspectiva cultural. De acordo com a proposta deste estudo, centrada na análise dos territórios construídos por imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, torna-se essencial fundamentar o território nessa perspectiva, para que se possa compreender como os grupos sociais constroem seus territórios, os diferenciam dos demais e os transformam no tempo e no espaço.



Na Geografia, particularmente, atenta-se para a maneira pela qual os topônimos são escolhidos e as significações lhes são atribuídas. Os lugares memoráveis (*hauts lieux*), tidos como locais com valor simbólico para uma cultura ou religião e fontes de identidade e de atividades econômicas, têm especial atenção (BRUNET, 1992 *apud* CLAVAL, 1999).

Atualmente, observa-se que a preservação desses lugares memoráveis (ou de memória) tem ocorrido, de forma mais eficaz pelo vínculo econômico, de “exploração” das potencialidades, do que pelo cultural, para manutenção do patrimônio histórico/cultural e da memória.

Na medida em que se articulam diversas dimensões no território, o contexto simbólico-cultural surge como um elemento explicativo e agregador das demais dimensões. A cultura coexiste e se relaciona com a economia, a política e a natureza, formando organizações territoriais complexas e distintas: múltiplos territórios. Essa multiplicidade, na abordagem territorial, acarretou transformações profundas na ciência geográfica. Na concepção de Claval (1999b), falar de território em vez do espaço evidencia os lugares nos quais estão inscritas as existências, as construções humanas, pois as relações homem-meio são materiais e simbólicas.

O território como uma construção histórica, com mudanças e permanências, agrega a (i)materialidade, isto é, além das formas, compreende os vários elementos subjetivos –pensamentos, ações, valores e crenças – que orientam condutas e são responsáveis pela organização territorial. Nesse caso, o território é dotado de simbologias, signos, códigos, como verdadeiros aportes culturais responsáveis pela materialização da identidade. Na visão de Castro (1997), os símbolos têm relevância na compreensão do mundo devido ao seu poder explicativo da realidade.

Na perspectiva crítica, o social vem acompanhado da diversidade de possibilidades de exploração do território, sobretudo, de ordem simbólica, criando sentimentos de pertencimento e fortalecendo a “unidade na diversidade”. O território contribui para fortalecer esse sentimento e ajuda na cristalização de representações coletivas, bem como dos símbolos que se manifestam nos lugares memoráveis. (BRUNET *et al*, 1992 *apud* CLAVAL, 1999).

Dessa forma, o território torna-se essencial, oferecendo àqueles que o habitam condições fáceis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Constitui-se em um conceito fundamental para toda estrutura espacial vivida (CLAVAL, 1999b). O



território, nessa perspectiva, assemelha-se à abordagem realizada por Haesbaert (1999), relacionando território e lugar, para especificar a importância do “vivido” no entendimento do território em suas diversas escalas.

Território, cultura e tempo são referências basilares para entender a diversidade territorial que se manifesta no Globo, nos territórios nacionais, nas regiões e mesmo nos lugares, considerando a base espacial transformada pelo homem, como um ser cultural, e por sua evolução histórica, na qual o caráter transformador está implícito. Nesse sentido é necessário “recontar”, resgatar a história do território e dos homens que o criaram para entender a dinâmica deste, sua organização e as possibilidades de desenvolvimento futuro.

Este estudo trata de um território simbólico, mas também material, que contém atividades econômicas e políticas desenvolvidas pela sociedade que o constrói, dotando-o de significados, os quais encontram-se materializados na paisagem. A (i)materialidade do território se reflete na organização da sociedade, em relação aos seus semelhantes e ao seu “espaço vivido”, num movimento processual de constante (re)criação, (re)construção, isto é, de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R).

Ao abordar o território nesta perspectiva é fundamental relacioná-lo ao conceito de paisagem, tendo em vista que a paisagem, a partir da perspectiva crítica foi considerada como resultado de um processo histórico, ou seja, é construída pelos homens, transforma-se e está em constante movimento. Santos (2006, p. 103) afirma que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza”. O autor considerou a paisagem como tudo aquilo que se pode ver, o que a visão alcança, aliado aos movimentos e sons que estão imersos nela.

A paisagem tem um caráter histórico na composição da configuração territorial, pois está em movimento no tempo e no espaço, sendo constantemente metamorfoseada pelos grupos sociais. Porém, ao se relacionarem os conceitos, não se deve confundi-los, pois território e paisagem apresentam distinções, o que não impede que pertençam à mesma configuração territorial. Desse modo, a amplitude territorial pode ser composta por paisagens, regiões e lugares, os quais se configuram no decorrer do seu processo de formação. Resultam das territorialidades, das



diferentes formas de apropriação do espaço, de construção do território, considerado como heterogêneo e singular.

Por conseguinte, território e paisagem estão intrinsecamente relacionados, na medida em que a paisagem é o resultado da configuração territorial num dado momento, ou seja, ela não é permanente. A paisagem expressa o estágio técnico, o desenvolvimento econômico e social, a interação com a natureza, enfim, as escolhas dos grupos sociais responsáveis pela organização do território. É através dela que se podem observar as (des)continuidades, as transformações nas formas e nas simbologias do território. Nesse caso, a paisagem também é multidimensional (híbrida), pois é construída pelos homens, que se reterritorializam econômica, cultural e politicamente.

Mediante essas considerações, pode-se dizer que o entendimento do conceito de paisagem, na atualidade, tornou-se mais complexo, devido à multiplicidade de relações que estão subentendidas nele. Não se trata apenas da materialidade das formas moldadas pela técnica, mas também da inserção da imaterialidade e da subjetividade na sua análise. Há uma tentativa de compreensão do conteúdo, do significado, da simbologia inerente a cada forma, ou seja, de busca pelo entendimento do por que da existência dos objetos que compõem a paisagem.

Assim, a paisagem não é apreendida apenas pela observação, pelas formas, ela precisa ser compreendida através dos sentidos, os quais permitirão identificar sua perspectiva imaterial. Desse modo, a paisagem não só é vista, como também sentida através do tato, do gosto, do cheiro e da audição, numa composição mais complexa de sentimentos, sensações e percepções. (COLLOT, 1990).

A proposição dessa abordagem busca superar as análises superficiais, que reduzem a realidade a meras descrições. A paisagem pode ser considerada um mosaico que tem um tipo de funcionamento unitário. Pode, ainda, conter formas “viúvas”, a espera de revitalização e formas “virgens”, que são criadas para novas “funções”. (SANTOS, 1988). Trata-se, portanto, de uma abordagem de movimento, transformação, mudança, o que pressupõe uma análise das (des)continuidades que se processam no processo histórico de formação territorial.

Pensando na abordagem híbrida entre território e paisagem, pode-se dizer que a paisagem, atualmente, não é a simples adição de elementos naturais e culturais. Mas, pode ser concebida como resultado da unidade das suas dimensões e da sua



imaterialidade, tornando-a um conjunto único, construído e formado pelos grupos sociais que a moldaram. Cada grupo social tem suas particularidades culturais, econômicas e políticas, as quais são materializadas, marcando territorialidades que se acumulam no território.

Nesse sentido, a cultura exerce influência significativa na construção territorial, da qual a paisagem é resultante. Segundo Wagner e Mikesell (2003, p. 29),

a cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais deliberadamente até seres, objetos e lugares. E, na paisagem cultural é perfeitamente possível identificar essa simbologia, mediante a “leitura” dos códigos que permeiam um grupo social. [...] A atribuição de significados inerente a cultura, orienta a ação (quer vista como simbólica ou utilitária) e resulta, desse modo, em expressões concretas como sistema de crenças, instituições sociais e bens materiais. Portanto, o caráter desses elementos da cultura deve ser amplamente inferido da base de características significativas da comunicação e simbolização - de fórmulas verbais a trajes e gestos- associados a elas.

A paisagem é composta por elementos materiais e imateriais, tudo que pode ser visto e sentido, ou seja, ela apresenta significado de acordo com a cultura que a moldou. Através da paisagem, os grupos sociais se identificam e são identificados. Desse modo, a paisagem retrata a cultura, a ação direta que a transformou. Para Sauer (1998), as ações do homem se expressam por si mesmas, na paisagem cultural pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas.

Nessa perspectiva, os territórios são marcados por paisagens distintas, materiais e representadas. A paisagem transmite uma mensagem, fruto da imaginação de quem a construiu. É objetiva e característica das preferências dos grupos sociais que a moldaram, marcando temporalidades passadas e presentes, num conjunto complexo de mudanças e permanências.

Considerando-se uma paisagem em movimento é que se abordará a construção dos territórios da imigração italiana. A gênese dos territórios em estudo ocorreu a partir de 1870, marco temporal das transformações na paisagem, decorrentes da relação sociedade e natureza, tendo a cultura como um fator organizacional central. Portanto, os territórios em análise constituíram-se repletos de transformações e imersos na historicidade social dos seus habitantes, nas representações culturais e econômicas.



## 2 A delimitação dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul

Os territórios, como produto da relação sociedade e natureza, são construções históricas, dinâmicas e transformaram-se no tempo e no espaço. Para que se entendam as configurações territoriais atuais teve-se que retroceder no tempo e olhar o espaço em transformação, suas temporalidades e territorialidades. Considera-se que a atual caracterização territorial resulta das escolhas passadas, das ações humanas, das preferências em consonância com as políticas que orientaram a ocupação do espaço. De acordo com a proposta deste estudo, torna-se essencial fundamentar o território nessa perspectiva, para compreender como os grupos sociais constroem seus territórios, os diferenciam dos demais e os transformam no tempo e no espaço.

Os territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul integram a heterogeneidade cultural que formou o regionalismo sulino. Encontra-se explicação para esse movimento nas considerações de Haesbaert (2004c), ao salientar que se experimentam vários territórios e formulam-se territorialidades múltiplas, num entrecruzamento entre territórios.

As múltiplas territorialidades resultam da dinâmica territorial atual e da integração, sobretudo, econômica, que exige a “abertura” dos grupos culturais frente às inovações atuais, principalmente devido à busca pelo crescimento econômico. É nesse sentido que ocorre a integração, pautada em fluxos de pessoas, mercadorias, capital e em simbologias culturais e econômicas. Buscam-se e valorizam-se os *hauts lieux* (CLAVAL, 1999), como fontes de cultura e, mais especificamente, de renda.

Desse modo, a cultura está atrelada à economia. Uma e outra são complementares, pois se preservam os códigos culturais como aportes para dinamizar a economia local, ao mesmo tempo em que a economia necessita da cultura como um fator atrativo ao seu crescimento. Mas até que ponto a essência cultural materializada nesses locais é real e está implícita no grupo social que a vivencia? Ou é uma construção “forçada” e, porque não dizer, “forjada” pelos atores econômicos dominantes em busca do lucro?

A compreensão da configuração territorial perpassa a análise das práticas sociais do grupo cultural em estudo, a apropriação territorial e os processos de identificação e de construção da economia regional, bem como a delimitação territorial, ou seja, das fronteiras responsáveis pela individualização dos territórios em estudo.

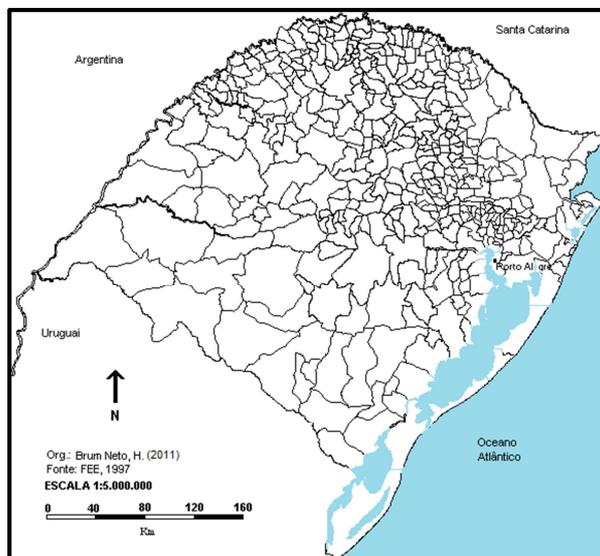


A formação dos territórios em estudo e sua conseqüente delimitação parte do entendimento das transformações das colônias agrícolas em territórios da imigração. Formados historicamente através do processo de colonização/imigração, os territórios em estudo, originaram núcleos rurais e urbanos, que se desenvolveram, formando uma complexa rede social, econômica, política e cultural, composta por unidades territoriais individualizadas: os municípios.

Como é possível observar no mapa da divisão territorial do Rio Grande do Sul, o espaço destinado à colonização é composto, atualmente, por municípios com pequena extensão territorial, contrastando com aqueles situados na metade Sul do Estado, formado pelo processo de ocupação com estâncias e charqueadas (grandes propriedades). De modo geral, pode-se dizer que se originou uma dicotomia no território rio-grandense, pautada no tamanho da propriedade, na organização do espaço produtivo e na etnia (MAPA 1).

O mapa 1 representa a base utilizada para elaboração cartográfica dos mapeamentos territoriais. Assim, optou-se por individualizar os territórios da imigração através das unidades territoriais que têm suas origens atreladas à imigração alemã e italiana. Tal critério objetivou delinear cartograficamente os contornos territoriais e as faixas fronteiriças, que unem identidades territoriais semelhantes, ao mesmo tempo em que estabelecem as diferenças culturais, identitárias e econômicas. A utilização dos limites político-administrativos operacionalizou a construção dos mapeamentos, tendo em vista que os municípios elencados tiveram suas origens ligadas à determinada cultura, especificamente, neste estudo, aos alemães ou aos italianos.

Dessa forma, traçaram-se os limites, no intuito de individualizar os territórios, mas, ressalta-se, que não de forma rígida, fixa. Por isso optou-se por mapeamentos de manchas, no qual foi demonstrada a abrangência do fenômeno cultural/territorial e de seus possíveis fluxos e intercâmbios, principalmente nas faixas fronteiriças.



Mapa 1: Divisão Municipal do Rio Grande do Sul.  
Fonte: FEE, 1997.

Ao estabelecer os limites territoriais foi preciso buscar aportes teóricos que embasassem a análise cartográfica, de modo que foram encontradas diferenciações no significado de limite e fronteira, embora comumente sejam concebidos como sinônimos. Sintetizando a abordagem de Martin (1994), Machado (1998) e Steiman (2002), pode-se dizer que a fronteira desempenha uma função relacional, com destaque para as trocas culturais, econômicas e sociais, concretizando-se como fonte de novas identidades ou identidades múltiplas. A fronteira é dinâmica e se reconstrói mediante essas trocas, estabelecendo diferenças e influenciando mutuamente as identidades que se entrecruzam nela. Por sua vez, o limite constitui-se de uma linha definida, funcionalmente separadora.

Dessa forma, adotou-se a fronteira, neste estudo, por tratar-se de uma faixa de transição e não de um limite, uma linha divisória. Os territórios da imigração são concebidos através da dinâmica social, dos fluxos econômicos, culturais e políticos intrinsecamente relacionados interna e externamente.

Assim, entende-se que a fronteira ocupa posição de destaque no contexto territorial analisado tendo em vista a sua dinâmica e por relacionar múltiplas dimensões, estabelecendo diferenças culturais e econômicas. As fronteiras são locais de transição, mas não de forma fixa, pois não há um limite, uma linha definidora em que um fenômeno tenha fim e comece outro, mas, sim, locais de passagem, de



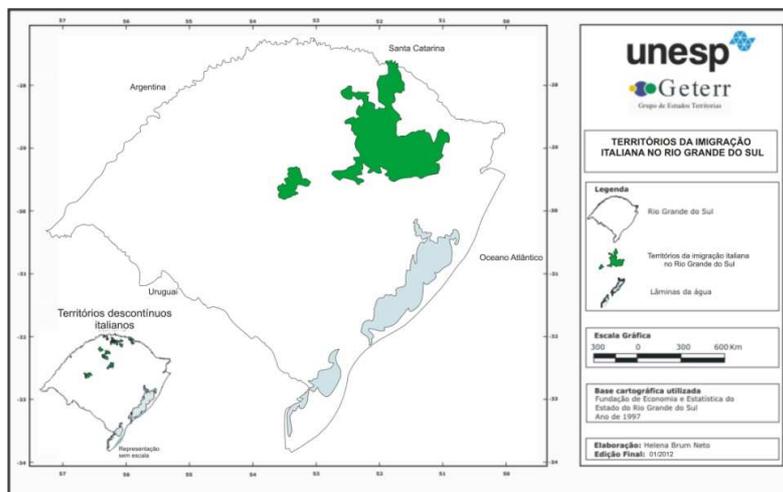
criação de identidades, de des-reterritorializações. Nesse sentido, Gonçalves (2011) afirma que a relação entre identidade e fronteira pode ser abordada através do intercâmbio entre línguas, costumes e ideais distintos que contribuem para a construção identitária nesse local.

É na fronteira que convivem semelhanças e diferenças, numa relação paradoxal de distinção entre *nós* e os *outros*. As identidades culturais se reafirmam, mediante os vínculos de pertencimento e reconhecimento, criando um padrão que permite ao grupo social se reconhecer mediante características comuns. Mas também, é na fronteira que as identidades se diferenciam pelas características singulares, por símbolos, enfim, por códigos culturais que as distinguem dos *outros*. Na concepção de Gonçalves (2011), a fronteira contribui para a construção da diferença, pois é nela que ocorre o cruzamento de identidades distintas, que ao entrarem em contato são recontextualizadas, objetivando diferenciar o marco de referência.

A percepção da *difference* condiciona a análise de territórios múltiplos, transformados historicamente pela etnia italiana. Internamente ao próprio território há dinâmicas heterogêneas, diferentes, singulares, individualizando singularidades que revestem a organização territorial de complexidade. Materializam-se diferenças organizacionais em uma mesma base cultural. A fronteira, portanto, é abrangente e relacional, é fonte de novas territorialidades e identidades.

É nesse sentido que se fala em territórios, no plural, devido às múltiplas territorialidades neles implícitas, permeadas por formas e significados diversificados. Do ponto de vista territorial, os territórios não são contínuos e estão separados territorialmente, principalmente, os territórios formados por imigrantes italianos. Tal fato deve-se à conjuntura histórica de implantação das colônias e aos fluxos internos que se estabeleceram entre as colônias (migrações rural-rural e rural-urbana).

Embora os territórios concentrem-se na porção Nordeste do Estado, os fluxos os expandiram na direção Noroeste e Central, respectivamente, nas Novas Colônias e no núcleo formado pela Colônia de Silveira Martins (Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul), além de alguns municípios situados na metade Oeste, como se observa no mapa 2. Esses fluxos representam a dinâmica populacional e econômica sobre o território rio-grandense, marcando migrações internas que reorganizaram o Estado.



Nesse contexto, delimitaram-se os territórios, porém, suas fronteiras não “separam”, apenas marcam um espaço de transição entre os agentes que o constroem e os demais grupos sociais que compõem o Rio Grande do Sul. Constitui-se como uma unidade na diversidade, ou seja, uma parte integrante do contexto regional gaúcho de forma diferenciada, marcada e identificada cultural e economicamente.

### **3 Território e cultura: a construção da paisagem rio-grandense pelos ítalo-gaúchos**

A territorialidade dos códigos culturais *ítalo-gaúchos* é responsável pela formação e continuidade territorial, tendo em vista a significância das ações dos grupos sociais com o espaço, transformando-o em território. É nesse sentido que se analisaram os territórios da imigração na atualidade<sup>1</sup>, buscando-se compreender como os descendentes de imigrantes atuam na sua organização e como se relacionam com os demais grupos sociais, tendo em vista que estes não são isolados. Pelo contrário, apresentam redes e fluxos intensos em razão da dinâmica econômica (industrial, comercial, agrícola e turística), política e cultural.

A reterritorialização da cultura italiana no território rio-grandense construiu paisagens típicas através da materialidade de códigos culturais inseridos e

<sup>1</sup> As informações atuais sobre a configuração territorial explicitadas no texto estão embasadas no trabalho de campo realizado no decorrer da pesquisa.



transformados pelos imigrantes e seus descendentes. Esse sistema simbólico tornou-se único, pois se constitui em um *híbrido* entre os códigos de origem dos imigrantes e a transformação sofrida no decorrer da reterritorialização. Não são os mesmos, ditos originais, pois se metamorfosearam, compondo a complexidade cultural rio-grandense. Nesse sentido, buscou-se identificar as mudanças e as permanências nos territórios, analisando-se a paisagem historicamente, na origem das colônias e de suas primeiras transformações territoriais. Há, ainda, algumas marcas na paisagem que atestam as formas e preferências passadas. Essas marcas referem-se às simbologias atreladas aos aspectos materiais e imateriais da cultura, que ainda encontram-se preservadas, mesmo mediante a multiplicidade de estilos que se fazem presentes na atualidade.

Há simbologias identificadoras, como o estilo das edificações, a fala, a gastronomia, as festividades, a musicalidade e a religiosidade que se relacionam com as questões econômicas, impulsionando ações de preservação e de dinamização econômica, aproveitando-se das dimensões econômica, cultural e econômica. Dessa foram, criaram-se espaços de valorização cultural voltado à exploração econômica dos territórios em estudo, de forma heterogênea e pontual, originadas por políticas públicas e privadas. Fala-se em heterogeneidade porque tais ações não ocorrem em todo o território, ou seja, são pontuais e dinamizam economicamente alguns pontos que se utilizaram dos atrativos culturais e naturais para criar um espaço de consumo voltado, sobretudo ao turismo.

De modo geral, o contato entre etnias diversificadas dotou o Rio Grande do Sul de peculiaridades linguísticas, configurando as diferentes *formas de falar* do gaúcho. E os territórios da imigração italiana contribuem para tal diversificação. Essas distintas formas de falar do gaúcho resultam da mistura entre a língua-mãe dos imigrantes e o português. Assim, considera-se que surgiu uma “nova” linguagem (variação entre o italiano e o português).

Nesse sentido, pode-se observar que, ao se reterritorializarem, os imigrantes italianos criaram formas de comunicação que transformaram seu dialeto original em um dialeto *ítalo-gaúcho*, inexistente até então, considerando as influências da língua portuguesa e das particularidades do vocabulário praticado no extremo Sul do Brasil. Assim, surgiram novos termos, transmitidos através das gerações e que são falados em família na atualidade.



O referido falar dos imigrantes e seus descendentes perduram até a atualidade e os termos de linguagem modificados ainda exprimem as emoções, os sentimentos. O sotaque característico denuncia a origem étnica e a “mistura” linguística transmitida através das gerações. Ao se inserir nos territórios da imigração a fala é um dos primeiros códigos identificadores que o visitante tem contato, e expressa os híbridos culturais decorrentes da territorialidade dos imigrantes, preservadas pelos seus descendentes.

Contribuições relativas à linguagem praticada nos territórios em estudo são encontradas nas considerações de Tornquist (2003) ao salientar que o termo “ilha linguística”, principalmente se for considerado o espaço rural, onde a prática da língua materna se manteve presente até a atualidade. Além disso, a língua materna está ligada à visão de mundo, pois é através dela que se transmitem e se constroem os ensinamentos, os valores e as crenças.

Nesse contexto, destaca-se que a religiosidade desempenhou um papel fundamental na preservação do dialeto, através do ensino religioso praticado na língua materna, e da criação de associações recreativas e culturais que agregaram os grupos sociais em torno de objetivos culturais, econômicos e religiosos comuns. A relação entre religião e ensino se aprofundou com a criação de diversas escolas católicas nos municípios que compõem os territórios em estudo, as quais valorizaram significativamente os preceitos religiosos no contexto educacional, tornando o ensino religioso um componente curricular importante, e a pregação das ideologias da confissão. A expansão dessas escolas ocorreu também fora dos territórios em estudo (em cidades de médio e grande porte), aproveitando-se do *slogan* “qualidade e excelência no ensino”, suprindo as lacunas deixadas pelo sistema público, carente e deficitário de infraestrutura (SEIDL, 2008).

Hoje, vivenciam-se manifestações de fé plurais, com diversos tipos de cultos e com o surgimento de novos preceitos e crenças. Porém, a religiosidade constitui-se como uma “permanência”, pois se trata de um dos códigos orientadores dos descendentes de imigrantes. Além disso, sua representatividade é atestada através dos múltiplos símbolos territorializados, espaços destinados à fé e à reflexão, como templos, capelas e igrejas. A presença da população nos cultos ainda é significativa e, nas reuniões familiares, o sagrado se faz presente através das orações.



Os templos dedicados à fé revelam sua devoção no catolicismo, ocupando lugar de destaque na paisagem. A fé se manifesta de diferentes formas, materializando-se através de capelas, grutas, capitéis e cruzeiros, com destaque para a igreja, que se constitui em um templo destinado às manifestações de fé e exerce centralidade na paisagem. Embora transformações tenham sido verificadas, a igreja católica ainda exerce polaridade nos municípios oriundos do processo colonizador italiano, localizadas geralmente na praça central, a partir da qual se expandiu o núcleo urbano (SAQUET, 2003; MANFROI, 1975). Nas igrejas se concentram as celebrações e se realizam reuniões, confissões, batizados, casamentos e demais festividades ligadas ao sagrado.

A simbologia faz parte da cultura e dos processos de identificação dos territórios da imigração, nos quais a religiosidade constitui-se como um dos principais códigos orientadores. Partilhar das mesmas crenças torna os indivíduos que compõem um grupo social mais próximo, na medida em que se identificam, criando tradições que se perpetuam através das gerações. Nesse sentido, a religiosidade agrega-se a outros códigos e permite realizar as interpretações acerca dos aspectos materiais e imateriais que permeiam a organização dos territórios em análise.

De templos suntuosos como as catedrais às pequenas capelas de *comunidades* rurais, encontram-se distintas formas de materialização do sagrado. Porém, a fé, como algo imaterial, em que se acredita com devoção, é a mesma, independente do tamanho da construção/edificação. Atualmente, observa-se um resgate da simplicidade das formas, inclusive com a criação de rotas turísticas que envolvam localidades rurais que ainda preservam traços originais da colonização italiana, com suas capelas imersas na bucólica paisagem rural.

A composição da paisagem está repleta de aspectos materiais, como por exemplo, o estilo das edificações. Tendo em vista a multiplicidade de estilos arquitetônicos na atualidade, a preservação das casas construídas pelos imigrantes é pouco significativa, predominando na paisagem as técnicas construtivas contemporâneas. As edificações que marcam a permanência têm sua significância atrelada à preservação do patrimônio histórico.

Em relação às edificações típicas da colonização italiana, ressalta-se que poucas casas de madeira ainda estão preservadas, devido à falta de conservação das mesmas. A durabilidade e a manutenção constituíram-se nos fatores que contribuíram



para a disseminação das casas de “pedra” ou de tijolos, visando à durabilidade. Caracteristicamente, as casas típicas italianas apresentavam algumas particularidades, principalmente as relacionadas à sua funcionalidade, com a presença de espaços destinados ao depósito de materiais ou adega no porão, e o entorno da casa, onde se situava a horta, o pomar e o forno. As casas que possuíam dois andares tinham na parte inferior a cozinha e a sala e, na superior, os quartos. O acesso à parte superior ocorre através de uma escada de madeira, material utilizado para fazer o assoalho também, sendo que, nos primórdios da colonização, este era feito de chão batido ou de pedra.

A arquitetura italiana abordada materializou-se a partir do período correspondente à implantação (1875), tendo sofrido alterações significativas de acordo com o progresso econômico e industrial. A análise realizada, enfatizando o “típico”, pautou-se na simbologia das formas contidas nas construções remanescentes, que revelam as fases construtivas e, também, econômicas. Conforme os imigrantes obtinham ganhos financeiros havia uma melhora nas suas condições de vida e, por consequência, da estrutura da residência.

As casas construídas durante a colonização italiana, atualmente, abrigam comércios e outras funções distintas da residência no espaço urbano. Por outro lado, no espaço rural tais habitações ainda desempenham função residencial ou de depósito. Independente do tipo de uso, a importância histórica e o detalhamento aparente das construções revestem as edificações de significados culturalmente atribuídos à imigração, exercendo apelo turístico na paisagem.

Dessa forma criaram-se espaços de preservação da memória, de recordação ou, como enfatizou Claval (1999), os espaços memoráveis. Estes espaços são delineados historicamente, formando paisagens típicas, rurais e urbanas. A busca pelo rural não significa que esse espaço esteja “congelado” no tempo, que seja imutável. Pelo contrário, pois se transformou, sobretudo, tecnologicamente, proporcionando a inserção de novas dinâmicas pautadas no mercantilismo. O que ocorre é a busca pelas tradições, as quais, aparentemente, estão mais preservadas no espaço rural diante da rapidez das transformações e do modo de vida nas cidades de médio e grande porte.

Ainda hoje é possível encontrar aspectos da tradição cultural italiana nos municípios de pequeno porte, com a preservação de códigos culturais identificadores



dessas etnias, com destaque para a materialidade das edificações, da gastronomia, das festividades e na imaterialidade do sotaque, das crenças e dos valores. O fato de permanecerem unidos territorialmente e de haver pouca interferência externa, ou seja, de outras culturas, tal como ocorre nas maiores cidades, contribuiu significativamente para esta preservação.

Por outro lado, têm-se os municípios de médio e grande porte, que mesmo tendo sediado as primeiras colônias, experimentaram um expressivo crescimento urbano, o qual afetou a permanência dos traços culturais característicos da sua origem. A transformação ocorreu devido ao crescimento populacional ocasionado pela busca de emprego, tal como ocorreu em Caxias do Sul e Bento Gonçalves (primeiras colônias italianas). O fator econômico serviu como atrativo para pessoas de distintas localidades, principalmente da Região Metropolitana de Porto Alegre, ocasionando um crescimento da cidade em detrimento do espaço rural e a multiplicidades de costumes e crenças distintas. De modo geral, destaca-se que tal configuração é identificada, sobretudo, nos municípios onde há concentração industrial, a qual serve como um atrativo populacional, em Caxias do Sul, Bento Gonçalves e seu entorno (indústria vinícola). (IBGE, 2011, FEE, 2011).

A organização do espaço produtivo dos territórios da imigração transformou-se significativamente. Da economia agrícola de subsistência aos moldes atuais, como agricultura, comércio e indústria, identificaram-se saltos quantitativos e qualitativos que permitiram inserir a economia regional no mercado nacional e internacional. Mesmo se tratando de um território organizado predominantemente pela etnia italiana, ressalta-se que não há homogeneidade produtiva, tendo em vista as particularidades em relação aos aspectos naturais, econômicos e políticos (principalmente devido à proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA).

No contexto territorial analisado, individualizaram-se produtos agrícolas identificadores, como a uva em relação aos *italo-gaúchos*. Entretanto, esses produtos coexistem no espaço com outras atividades que buscam suprir as lacunas econômicas e aumentar a renda dos pequenos produtores rurais, os quais se encontram subjugados as respectivas indústrias que regulam o setor vitivinícola.

No que se refere à produção de uvas voltadas à vitivinicultura, esta atividade tornou-se uma especialidade dos territórios da imigração italiana, cuja produção e transformação em vinho geram bons rendimentos e organizam o espaço rural em



torno dessa atividade, atestando a importância da agricultura na organização territorial. Ressalta-se que a análise territorial da pesquisa está orientada pelo viés agropecuário, devido à origem e aos objetivos da implantação das colônias, no intuito de se verificar as transformações econômicas.

Houve o aumento das desigualdades e a submissão do produtor ao sistema de financiamento. Essa é uma realidade que se observa, não só nos territórios da imigração italiana, mas também em outras porções territoriais onde a agropecuária organiza-se via capital, ou seja, na busca pela rentabilidade da terra e do trabalho.

Nos primeiros anos após sua implantação, as colônias dedicavam-se a produzir cultivos variados, mas, com o decorrer do tempo, especializaram-se em determinadas culturas, principalmente a uva. Embora se identifique a especialização supracitada, destaca-se a presença setorializada de produtos como a maçã (Vacaria), o milho (de forma generalizada nos territórios em estudo), a soja e o arroz (Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul).

A produção de uva voltada à vitivinicultura tornou-se uma “marca” dos territórios da imigração italiana, embora não de forma generalizada, concentrando-se no entorno de Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Como se sabe, os imigrantes italianos não foram os primeiros a cultivarem a uva no Rio Grande do Sul, pois os jesuítas já o faziam, nas Missões, e também os alemães, nas colônias implantadas a partir de 1824. Entretanto, salienta-se que os italianos trouxeram novas técnicas e incrementaram a produção com a variedade americana Isabel, considerada mais resistente a pragas e doenças. Logo, na década de 1890, a produtividade alcançada permitiu o desenvolvimento da vitivinicultura e a sua comercialização nas próprias colônias e na Capital. (ROCHE, 1969; GARDELIN, 2000; MANFROI, 1975).

A tradição do cultivo de uva pelos italianos e seus descendentes encontra alguns argumentos que procuram explicá-la nos seus territórios de origem. Como esses imigrantes eram provenientes de Vêneto, Friuli, Lombardia e Trento, em sua maioria, já tinham conhecimentos em relação à produção de uva e à vitivinicultura, pois essas regiões eram reconhecidas como tradicionais áreas de produção vinícola da Itália. Essa tradição pode ser constatada no decorrer da evolução da produção da uva e do vinho nas colônias e, posteriormente, nos municípios originários delas.

Atualmente, o Rio Grande do Sul constitui-se como o maior produtor nacional de uva, compreendendo 51,1% dessa produção. De 461.290 toneladas entre os anos



de 1998 e 2000, a produção aumentou para 519.138 toneladas entre 2001 e 2003, alcançando 644.115 toneladas entre 2004 e 2006 (IBGE, 2011).

Os territórios da imigração italiana concentram a maior parte da produção gaúcha, embora tenhamos uma expansão da produção na Campanha, em municípios como Bagé e Santana do Livramento. Das 644.115 toneladas, 80% é produzido nos territórios da imigração italiana, perfazendo cerca de 520.823 toneladas. Além disso, é aí que se concentram os maiores índices de produtividade, com mais de 10.000 toneladas de uva por hectare (IBGE, 2011).

O crescimento da produção de uva nos territórios da imigração italiana possibilitou a criação e a expansão da indústria vitivinícola. Tal fato acarretou a consolidação de territorialidades múltiplas, centradas na economia, na cultura e na política, pois foi através da viticultura e da expansão das vinícolas que ocorreu a ordenação territorial dessa porção do espaço gaúcho. A viticultura inseriu a economia local em âmbito regional e nacional, não apenas pela agricultura e pela indústria, mas também pela criação de paisagens típicas, que demonstram as várias faces da territorialidade italiana no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, ressalta-se que a produção vinícola é uma das principais “marcas” da agricultura construída pelos imigrantes italianos, a qual se perpetuou no território gaúcho. Tal fato pode ser atestado através da presença de vinícolas artesanais e industriais nos territórios da imigração italiana, principalmente no entorno de Caxias do Sul. Dentre elas, destaca-se a vinícola Aurora, no município de Bento Gonçalves, a qual detém 35% do mercado de vinhos finos (EMBRAPA UVA E VINHO, 2010). Além dessa, outras vinícolas compõem o Vale dos Vinhedos, situado nos territórios da imigração italiana, entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Essa denominação deve-se à paisagem local, coberta por extensos parreirais e pela presença das vinícolas.

O Vale dos Vinhedos se tornou um atrativo turístico devido à materialização da identidade italiana atrelada à economia vitivinícola no Rio Grande do Sul. Assim, não é somente a produção de uva e vinho que gera renda aos produtores, mas também atividades complementares que agregam a gastronomia típica, as festividades, à natureza, enfim, a composição de uma paisagem multidimensional.

A busca pela paisagem típica construída no Vale, e também em outras porções do território, remete a uma “viagem no tempo”, para resgatar e vivenciar



temporalidades passadas reterritorializadas no Rio Grande do Sul. Na paisagem há elementos culturais e econômicos que se evidenciam no cotidiano local. E a sociedade desse lugar soube utilizar a potencialidade cultural em favor da economia, tanto nas atividades tradicionais, voltadas à agropecuária e à indústria, como na sua identidade, voltada à exploração turística.

Fala-se do Vale dos Vinhedos para explicitar o desenvolvimento de uma ação bem sucedida, que agrega economia e cultura. Porém, essa não é a realidade da maioria dos produtores rurais que se destinam à produção de uvas. Normalmente, esse cultivo ocorre em pequenas propriedades rurais que vendem sua produção para as vinícolas, estando, portanto, subordinados às cooperativas ou às empresas particulares que processam a uva e fabricam o vinho e outros derivados.

No entanto, em 1995, foi criada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE), com apenas seis vinícolas. Atualmente, a Associação é composta por 31 vinícolas que processam a uva e produzem vinhos e derivados. A diversificação das atividades também permitiu a inclusão de outros associados que não estão ligados à produção de vinho, mas que se relacionam ao setor através da oferta de infraestrutura para o turismo que se desenvolve na região, como hotéis, pousadas, restaurantes, etc. (APROVALE, 2010).

Porém, a viticultura não é uma atividade exclusiva da porção leste dos territórios da imigração italiana, embora tenham a melhor infraestrutura e organização da produção em moldes tecnológicos mais avançados. Alguns municípios ainda mantêm a produção de vinho fora dessa “região” tradicional, como é o caso de Jaguari e de alguns municípios que compõem a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Apesar de não estarem no mesmo nível tecnológico de processamento da uva que a indústria vinícola da Serra Gaúcha, os municípios de Jaguari, Ibarama, Pinhal Grande, Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá mantêm a produção de vinho como uma herança mantida no tempo e materializada no território. Dos municípios supracitados, apenas Nova Palma, Silveira Martins e Ivorá não possuem vinícolas, sendo que, nos demais, o processamento da uva já é realizado em nível local, nas oito vinícolas existentes (SILVA, 2008).

A produção de uvas e a vitivinicultura nos territórios da imigração italiana do Rio Grande do Sul constituem-se como uma atividade importante do ponto de vista cultural e econômico, por manter a tradição trazida pelos imigrantes italianos.



Observa-se que se trata de uma produção heterogênea quanto às formas de organização, financiamento e estruturação, pois coexistem, no território, formas de produção artesanal e altamente tecnificadas, demonstrando as várias fases da evolução produtiva.

No contexto produtivo dos territórios em estudo pode-se dizer que a especialização da produção coexiste espacialmente com outros produtos, considerados secundários na economia das pequenas propriedades, mas que compõem a renda familiar, principalmente, o milho (disseminado no espaço produtivo de forma generalizada, principalmente por ser utilizado para a fabricação de farinha e ração) e os produtos derivados da pecuária (suína, bovina de leite e avícola), os quais são transformados nas agroindústrias familiares e comercializados no mercado local (feiras e festividades típicas).

A comercialização dos produtos das colônias se tornou uma característica das festividades típicas italianas, atrelando crenças, gastronomia e musicalidade como expressões culturais. A gastronomia é um atrativo devido à busca por pratos especializados, como macarrão, *carpaccio*, *risoto*, *cappellacci*, *canelone*, *tortei*, *bruschetta*, sopa de *agnoline*, salames, queijos, cucas, polentas, dentre tantos outros. Os locais de venda de produtos coloniais também experimentaram uma expansão, tornando-se pontos de comercialização, onde podem ser encontrados queijos, salames, copas, geleias, bolachas, cucas, aguardente, vinho, torresmo, dentre outros produtos que se tornaram especialidades dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Destaca-se que a reterritorialização acarretou algumas transformações na culinária típica, através de adaptações, principalmente em relação à disponibilidade dos ingredientes utilizados na preparação dos pratos. Por conseguinte, pode-se dizer que existe uma culinária tipicamente *teuto* e *ítalo-gaúcha*, como aportes da expressão cultural dos territórios analisados. Ao se abordar a gastronomia, ressaltam-se, também, as convenções que estão atreladas a ela e a sua função na manutenção das normas sociais. O valor da família é enfatizado nas refeições, quando as pessoas se reúnem ao redor da mesa e realizam um ritual que se inicia com a oração em agradecimento ao alimento, seguido da degustação dos pratos típicos e de conversas que consagram o encontro familiar.



Em termos gerais, pode-se relacionar a questão cultural à econômica, tendo em vista que a cultura se configura como um fator atrativo para a implantação de atividades voltadas à exploração econômica. São múltiplas as possibilidades de abordagem da questão cultural nos territórios da imigração italiana, como a criação de rotas turísticas, as redes hoteleiras, a gastronomia, os produtos típicos e, mais especificamente, a paisagem típica.

Os códigos culturais orientadores, pensados sob a lógica econômica encontram meios de revitalização e valorização, através de eventos como festividades típicas, que se tornaram amplas, como, por exemplo, a Festa da Uva, em Caxias do Sul, além de outras festividades realizadas em outros municípios que compõem os territórios em estudo. A amplitude refere-se ao público alvo, pois não atrai somente descendentes de imigrantes italianos, constituindo-se como festividades integradoras da comunidade regional e não apenas local.

Torna-se fundamental uma reflexão sobre as “marcas” impressas no território pelos imigrantes italianos e seus descendentes, em âmbito material e imaterial, seja através de edificações, linguagem, religião, gastronomia, economia, usos e costumes, crenças e valores. As referidas *marcas* são essenciais para que se entendam as des-territorializações ocorridas nos territórios estudados, suas mudanças e permanências, ou seja, a dinâmica dos processos de identificação, responsáveis pela configuração dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Sob essa configuração, procurou-se identificar e analisar a relação território-cultura por meio da territorialidade dos imigrantes italianos e de seus descendentes, bem como alguns dos principais elementos constituintes da identidade territorial na atualidade, mediante a comparação entre temporalidades e territorialidades, passadas e presentes. As características culturais não estão separadas das demais dimensões, apenas referiu-se separadamente a cada código e a cada aspecto organizacional no intuito de identificá-los para reconstruir a realidade, ou seja, como o território se expressa na atualidade através da (i)materialidade e da paisagem. Nesse contexto, pode-se considerar que os processos sociais se objetivam no território e na paisagem, gerando mudanças e permanências, ou seja, transformações e continuidades que são reproduzidas pelos descendentes de alemães e italianos. Há, portanto, um híbrido, inovações, identidades que caracterizam aspectos da vida moderna nos territórios estudados.



#### 4 Considerações Finais

A análise realizada permitiu compreender que, historicamente, por meio da relação sociedade-natureza, o espaço configura-se em territórios marcados e identificados pela cultura, seja ela fruto da herança simbólica, como nos territórios abordados, seja oriunda do hibridismo que marca a segunda metade do século XX, que dificulta reconhecer traços comuns. Isso significa que, sucintamente, há elementos culturais que ainda são específicos, como a religiosidade, a gastronomia e os dialetos, juntamente com algumas atividades econômicas, como o cultivo de uva voltado à vitivinicultura, os quais tornaram-se “marcas” identificadoras dos territórios da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porém, há componentes econômicos que perpassam simultaneamente os grupos sociais que compõem o Sul do Brasil, principalmente, os produtos voltados ao mercado externo, como a soja.

O processo de imigração ocorrido no Rio Grande do Sul revela sua importância mediante a multiplicidade de territorialidades que perpassaram o tempo e o espaço, configurando os territórios abordados, suas relações sociais e culturais, bem como os processos de identificação territorial. Destaca-se que a manutenção cultural ocorre principalmente por meio dos ensinamentos na família e no grupo social, pois falta um programa político de resgate e valorização do patrimônio histórico e identitário rio-grandense. É por meio da reprodução que a cultura se projeta no futuro, reafirmada por territorialidades passadas e presentes, configurando processos de identificação metamorfoseados no tempo e no espaço que ainda precisam ser melhor estudados e preservados.

Neste contexto, considera-se que os territórios estudados foram construídos por imigrantes italianos e seus descendentes, de acordo com as condições naturais e técnicas de cada época, inseridos na sociedade brasileira. Por isso, há fases, temporalidades, reproduções culturais, territorialidades e mudanças econômicas.

#### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE VINHOS FINOS DO VALE DOS VINHEDOS – APROVALE. *Associados*. Disponível em: <<http://www.valedosvinhedos.com.br/conteudo.asp?sSecao=associados&sTipo=texto&sCodTexto=associados>>. Acesso em: 14 nov. 2010.



CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (ed.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, p. 155-196.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

\_\_\_\_\_. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgrafia*, 1999b, n° 2, p. 7-26,.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das Paisagens. *Boletim de Geografia Teórica*, 1990, vol. 20, n° 39, p.22- 31.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *FEE Dados. Anuário Estatístico 1990, 1996, 2000, 2006. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel\\_modulo\\_pesquisa.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp)>. Acesso: 05 jul. 2011.*

GARDELIN, Mário. *Os 125 anos da epopéia italiana no Estado*. Caxias do Sul: Ed. da UCS, 2002.

GONÇALVES, Karolina Batista. A fronteira e seus paradigmas: identidade e alteridade. **Contribuiciones a la ciencias sociales**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/15/kgb.html>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p. 169-190.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. **Alemães**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Censos agropecuários. Cidades@. Disponível em: <<http://WWW.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

MACHADO, Lia Osório. *Limites, Fronteiras e Redes*. In: STROHAECKER, T. M. *et al* (ed.). *Fronteiras e Espaço Global*, Porto Alegre: AGB, p.41-49, 1998

MANFROI, Olívio. *A colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Est, 1975.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1994

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.



\_\_\_\_\_. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (ed.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009.

ROCHE, Jean . *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2006.

SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do catolicismo imigrante. *Pensamento Plural*, v. 3, p. 77-104, 2008.

SAQUET, Marcos. *Os tempos e os territórios da colonização italiana no Rio Grande do Sul: o desenvolvimento econômico da colônia de Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (ed.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998, p. 12-74.

SILVA, Bruno Freitas da. *Organização vitivinícola na região central do RS: implicações socioespaciais das diferentes formas de produção*. Dissertação de Mestrado orientada por Meri Lourdes Bezzi. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2008. 122p..

STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Leticia (Colômbia). 2002. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TORNQUIST, Ingrid Margareta. Linguagem e mentalidade entre teuto-gaúchos. In: CUNHA, Jorge Luis da; GÄRTNER, Angelica (ed.). *Imigração alemã do Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 159- 185.

WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-62.